

RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.508 - PR (2018/0195749-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : LUIS CESAR GIACOMELLI
ADVOGADA : ADRIANA BOMFIM SILVA RIBEIRO - PR050635

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça da respectiva unidade federativa, assim ementado:

"REVISÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - NULIDADE DO FLAGRANTE E ARGUIÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ - FALTA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO REVISIONAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 621, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO - INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ - MAGISTRADO QUE NÃO SE ENCONTRAVA EM NENHUMAS DAS HIPÓTESES DO ART. 132 DO CPC - EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO RÉU - NULIDADE - REVISIONAL EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO, COMUNICANDO-SE O JUÍZO DE ORIGEM." (e-STJ, fl. 73)

A acusação opôs dois embargos declaratórios (e-STJ, fls. 88-102 e 129-134). Os primeiros foram acolhidos parcialmente, sem efeitos infringentes (e-STJ, fls. 117-125). Os segundos foram rejeitados (e-STJ, fls. 139-147). Por oportuno, transcrevem-se as ementas:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRÁFICO DE DROGAS - OMISSÃO - IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO - COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ARTIGO 105, INCISO 1, ALÍNEA 'C' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - NECESSIDADE DE PROCLAMAR A EXTENSÃO DA NULIDADE DA AÇÃO PENAL - OBSCURIDADE NÃO VERIFICADA - EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITO INFRINGENTE." (e-STJ, fl. 118)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO E OBSCURIDADE - INOCORRÊNCIA - PRETENDIDO REEXAME DA CAUSA - REJEIÇÃO." (e-STJ, fl. 140)

Nas razões recursais (e-STJ, fls. 152-184), o recorrente aponta, em preliminar, violação dos arts. 381, III, 619 e 620 do Código de Processo Penal. No mérito, sustenta negativa de vigência dos arts. 563, 621, 622 e 650, § 1º, do CPP.

Alega que a Corte Paranaense deixou de apreciar os vícios indicados nos

embargos declaratórios relativos à **omissão** quanto à indicação da regra legal que amparou o decreto de nulidade de sua própria decisão, já revestida pela coisa julgada, sem que o tenha feito mediante revisão criminal, uma vez que inadmitido via *habeas corpus*; e à determinação para que seja prolatada nova sentença pelo juiz que reputa competente; bem como à **contradição** no tocante à ausência de demonstração do prejuízo de a sentença de primeiro grau ter sido prolatada por juiz substituto, em face da jurisprudência consolidada neste Tribunal Superior.

No mérito, sustenta, em suma, a impossibilidade de a Corte de origem prolatar acórdão decretando a nulidade da sentença condenatória confirmada na segunda instância e transitada e julgado, considerando as hipóteses de cabimento da revisão criminal. Acrescenta que a violação do princípio da identidade física do juiz é causa de nulidade e que o Tribunal estadual deixou de declinar o prejuízo sofrido pelo acusado.

Requer o provimento do recurso quanto ao seu mérito. Alternativamente, pugna pela anulação dos acórdãos proferidos nos aclaratórios, a fim de que o TJPR se pronuncie sobre os vícios acima relatados.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 193-199) e admitido o inconformismo (e-STJ, fls. 201-205), os autos ascenderam ao STJ.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do apelo nobre (e-STJ, fls. 223-227).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar no concernente à violação dos arts. 381, III, 619 e 620 do CPP.

Com efeito, observa-se que o Tribunal de origem não analisou as omissões e a contradição apontadas nos embargos de declaração opostos pelo ora recorrente, cabendo, portanto, a sua manifestação devidamente fundamentada sobre os seguintes pontos:

- a) embasamento legal do decreto de nulidade de decisão proferida pelo próprio Tribunal, uma vez que ela já havia transitado em julgado e, consoante a leitura dos acórdãos estaduais, o TJPR julgou extinta a revisão criminal e se julgou incompetente para conceder *habeas corpus* de ofício contra seu próprio julgado.
- b) remessa dos autos ao juiz que considera competente para a prolação de nova sentença, bem como para a expedição de alvará de soltura.
- c) existência de obscuridade no julgado, porquanto, muito embora tenha reconhecido que o princípio da identidade física do juiz não possui caráter absoluto, não declinou o prejuízo do réu, a justificar a nulidade de todos os atos processuais a partir da sentença monocrática.

É cediço que o julgador não precisa responder a todos os argumentos das partes. Contudo, deve se pronunciar sobre temas essenciais ao deslinde da controvérsia, indicando as razões que lhe formaram a convicção. A propósito:

"RECURSO ESPECIAL. ART. 1º, I, DA LEI 8.137/90. OFENSA AO ART. 619 DO CPP. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO

JURISDICIONAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, ao afastar a ilicitude da prova e prosseguir no julgamento do mérito pela aplicação da teoria da causa madura, deve pronunciar-se sobre as demais teses defensivas deduzidas na fase de memoriais e ratificadas em contrarrazões, antes da prolação do acórdão condenatório, sob pena de cerceamento de defesa.

2. A omissão no exame das teses de erro sobre a ilicitude do fato, a extinção da punibilidade e a desclassificação da conduta constituem negativa de prestação jurisdicional.

3. Recurso provido para declarar a nulidade do acórdão condenatório, determinando que o Tribunal de origem analise as demais teses defensivas, como entender de direito."

(REsp 1.762.038/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. EXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. COMPLEMENTAÇÃO DO JULGADO A *QUO*. NECESSIDADE. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Segundo entendimento deste Sodalício, 'A omissão relevante à solução da controvérsia não abordada pelo acórdão recorrido constitui negativa de prestação jurisdicional e configura violação do art. 619 do Código de Processo Penal. [...] Conquanto não esteja o magistrado obrigado a enfrentar todos os questionamentos das partes, havendo obscuridade e contradição sobre questão relevante para o deslinde da controvérsia, deve esta ser resolvida e aclarada em sede de embargos de declaração, sob pena de nulidade do julgado.' (REsp 1651656/ES, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 26/04/2017).

2. Na hipótese dos autos, diversamente do que concluiu a Corte recorrida em sede de aclaratórios, o acórdão proferido no julgamento da apelação restou omisso e contraditório ao não se manifestar expressamente, de forma fundamentada, acerca da existência ou não do marco interruptivo da prescrição previsto no art. 117, § 1º, do CP; ao tratar do dolo na conduta à luz da teoria da cegueira deliberada; e no que se refere à proporcionalidade da pena de multa.

3. Assim, ao persistir na omissão e contradição, a despeito da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem prestou tutela jurisdicional deficitária, razão pela qual restou violado o disposto no art. 619 do CPP, sendo necessário o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se manifeste sobre as matérias aventadas em sede de embargos de declaração.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.669.311/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 22/05/2018)

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à Corte de origem, para que proceda a novo julgamento dos embargos de declaração, manifestando-se **fundamentadamente** sobre as omissões e contradição aventadas pela acusação. Em consequência, **julgo prejudicada** a análise das questões de mérito.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator